

## **Aula 01**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

07 de Agosto de 2025

## Índice

|   |    |
|---|----|
| 1) O que é - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço... - Instituto AOCP - Único .....       | 3  |
| 2) Roteiro de Revisão - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e Lugar no crim ..... | 4  |
| 3) Aposta Estratégica - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e Lugar. ....         | 19 |
| 4) Questões Estratégicas - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço - AOCP .....              | 20 |
| 5) Questionário de Revisão - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e Lugar. ....    | 32 |
| 6) Lista de Questões Estratégicas - Aplicação da Lei Penal. A lei penal no tempo e no espaço - AOCP .....     | 36 |
| 7) Referências Bibliográficas .....   | 42 |



## O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **32 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOC**P para **nível médio e superior** no período de **2014 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

| Tópico              |  | % de cobrança  |
|---------------------|--|----------------|
|                     |  | Instituto AOCP |
| Lei penal no tempo  | Conflitos de Leis Penais no Tempo      | 21,88%         |
|                     | Lei Excepcional ou Temporária          | 9,38%          |
|                     | Tempo do Crime                         | 6,25%          |
|                     | Da Contagem dos Prazos                 | 3,13%          |
|                     | Conflito Aparente de Normas Penais     | 3,13%          |
| Lei penal no Espaço | Lugar do Crime                         | 15,63%         |
|                     | Princípio da Territorialidade          | 3,13%          |
|                     | Princípio da Extraterritorialidade     | 28,13%         |
|                     | Pena Cumprida no Estrangeiro           | 9,38%          |
|                     | Eficácia de Sentença Penal Estrangeira | <1,00%         |



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

Antes de iniciarmos a revisão dos principais princípios do Direito Penal, é importante que lembremos conceitualmente cada um deles, tomando como base a Constituição Federal e o Código Penal

### 1 – Norma penal

Normas penais são regras jurídicas que têm por objetivo estabelecer **o que é crime**, assim como **as penas** correspondentes às infrações penais, além de delinear as situações em que a aplicação da **lei penal** é mitigada ou excluída. Elas são essenciais para a manutenção da ordem social, regulamentando o comportamento dos indivíduos por meio da previsão de **condutas ilícitas** e das consequências jurídicas dessas ações.

#### Normas Incriminadoras

As **normas incriminadoras** são aquelas que definem as **condutas consideradas crimes** e estabelecem a **sanção penal** correspondente. Essas normas visam proteger bens jurídicos considerados **relevantes** para a sociedade, como a **vida**, a **liberdade**, o **patrimônio**, entre outros.

**Exemplo do Código Penal:** O art. 121 do Código Penal é uma norma incriminadora, pois define o crime de **homicídio**, estabelecendo que "matar alguém" é um crime e atribuindo a **pena de reclusão** de seis a vinte anos. Assim, a conduta de tirar a vida de outra pessoa é tipificada como crime e sujeita o autor à sanção penal prevista na lei.

#### Normas Não Incriminadoras

Normas **não incriminadoras** são aquelas que, embora presentes no contexto penal, **não têm o objetivo de criminalizar condutas**, mas sim regular ou esclarecer situações em que o **crime não ocorre** ou a **pena é atenuada**. Elas podem ser divididas em **permissivas** e **explicativas**.

##### 1. Normas Permissivas

As **normas permissivas** estabelecem situações nas quais o agente pode realizar uma conduta que, em outras circunstâncias, seria considerada criminosa, sem que haja a imposição de pena. Elas são geralmente ligadas às **excludentes de ilicitude**, que afastam a antijuridicidade do ato.

**Exemplo no Código Penal:** O art. 23 do Código Penal é uma norma permissiva ao estabelecer as causas de **exclusão de ilicitude**. Ele dispõe que "não há crime quando o agente pratica o fato" em **legítima defesa**, **estado de necessidade** ou no **estrito cumprimento do dever legal**.



*Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:*

*I - em estado de necessidade;*

*II - em legítima defesa;*

*III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.*

Essas situações autorizam o cometimento de atos que, em condições normais, seriam considerados crimes, sem que o autor seja punido.

## 2. Normas Explicativas (ou Complementares)

**Normas explicativas** têm como função esclarecer o significado de termos ou conceitos presentes no texto legal. Elas **complementam a interpretação das normas penais**, ajudando a delimitar o alcance das definições legais.

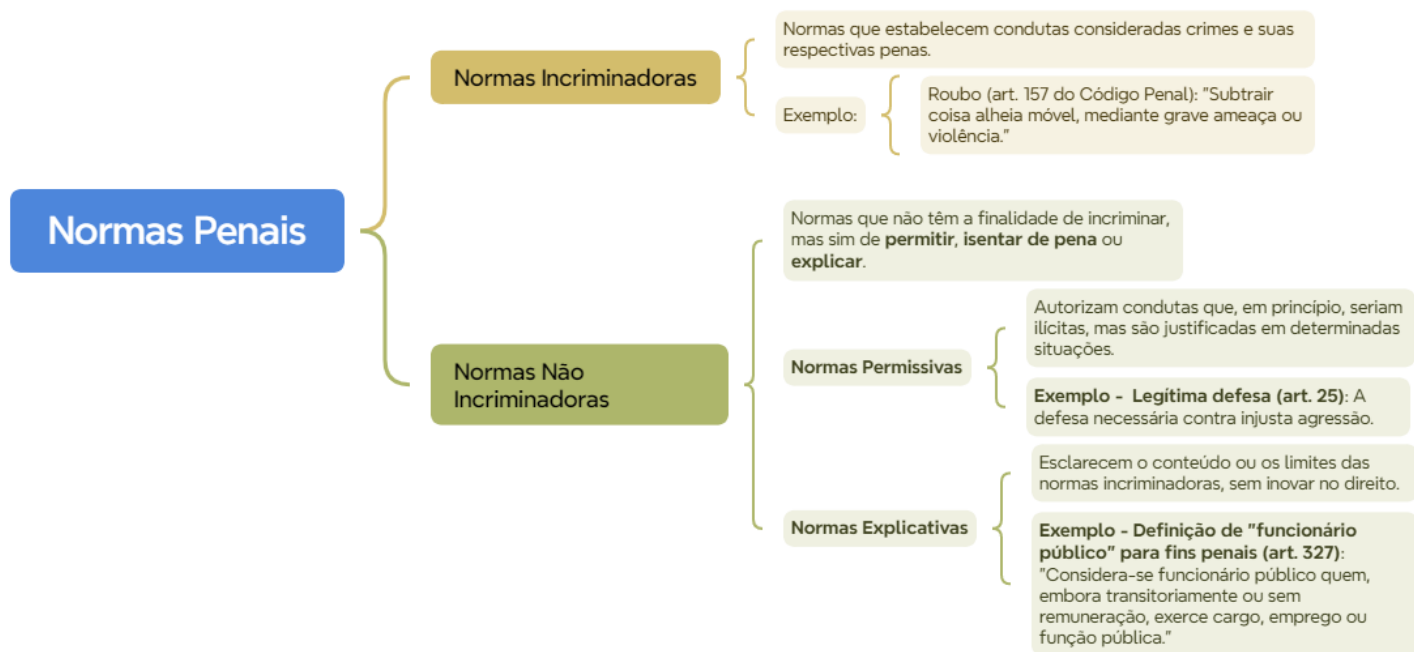
**Exemplo no Código Penal:** O art. 327 do Código Penal, ao definir o conceito de **funcionário público** para efeitos penais, é um exemplo de norma explicativa. Esse dispositivo estabelece que, para fins penais, equipara-se a funcionário público "quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal".

*Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.*

*§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.*

Essa explicação complementa a norma penal, fornecendo clareza sobre a quem se aplicam as disposições relativas aos crimes praticados por funcionários públicos.





## 2 – Lei penal no tempo

A **lei penal no tempo** é o conjunto de regras que define a aplicabilidade da legislação penal em relação ao momento de sua vigência e à ocorrência dos fatos que a lei visa regular. O principal objetivo é garantir a segurança jurídica ao determinar qual lei será aplicada a uma situação quando há mudanças na legislação penal.

### Princípio da Continuidade das Leis

O **princípio da continuidade das leis** estabelece que uma norma penal continua em vigor até que seja formalmente revogada ou modificada. Isso garante que as leis penais tenham aplicabilidade constante, evitando lacunas no ordenamento jurídico.

Uma lei penal só perde sua eficácia com a edição de outra que expressamente a revogue. Por outro lado, ocorre **revogação tácita** quando edita-se uma nova lei penal que trata de forma distinta a matéria.

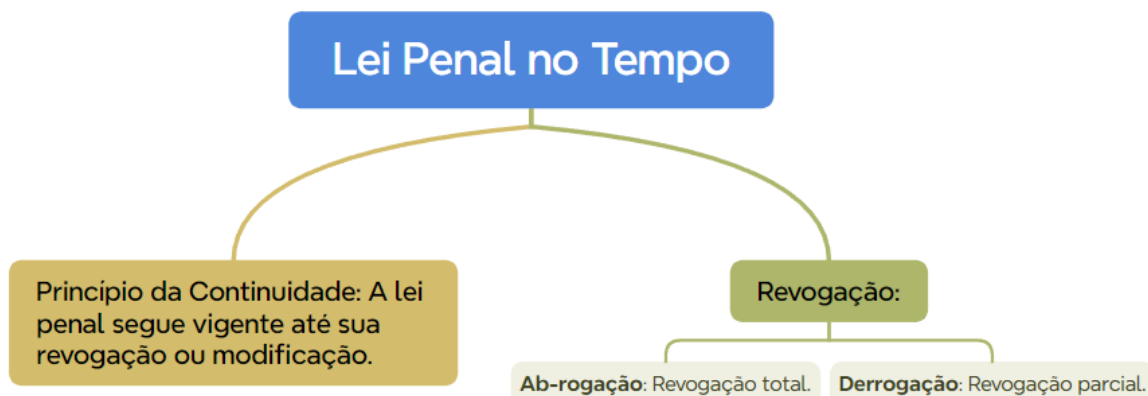
**Exemplo:** suponha a Lei A, que prevê pena de **detenção de 1 a 5 anos** para determinado crime. Posteriormente, uma Lei B é promulgada, estabelecendo pena de **reclusão de 3 a 10 anos** para a mesma conduta. Embora a nova Lei B não mencione explicitamente a revogação da Lei A, a incompatibilidade entre as duas normas (diferença nas penas e no regime de cumprimento) implica uma **revogação tácita** da primeira, uma vez que não podem coexistir no ordenamento jurídico.

A **revogação** expressa de uma norma penal pode ocorrer de duas formas:

- **Ab-rogação:** é a revogação **total** da norma penal, ou seja, a lei deixa de existir completamente no ordenamento jurídico.



- **Derrogação**: é a revogação **parcial**, em que apenas parte da norma é modificada ou suprimida, mas a restante continua vigente.



## Princípio da Atividade da Lei

O **princípio da atividade da lei penal** determina que a lei penal aplica-se apenas aos fatos ocorridos durante sua vigência. No entanto, a própria Constituição Federal (art. 5º, XL) e o Código Penal preveem exceções quanto à **retroatividade** e **ultra-atividade**:

- **Retroatividade**: a lei penal **retroage** (volta no tempo) para beneficiar o réu. Isso ocorre quando uma nova lei é mais favorável ao agente do que a anterior.

- **Ultra-atividade**: a lei penal, mesmo após sua revogação, continua sendo aplicada a fatos ocorridos **durante sua vigência**. Isso ocorre quando a lei revogada era mais benéfica que a nova.

Assim, **extra-atividade** é o conjunto de retroatividade e ultra-atividade, aplicando-se a norma mais benéfica ao réu, independentemente de estar em vigor ou não no momento do julgamento.

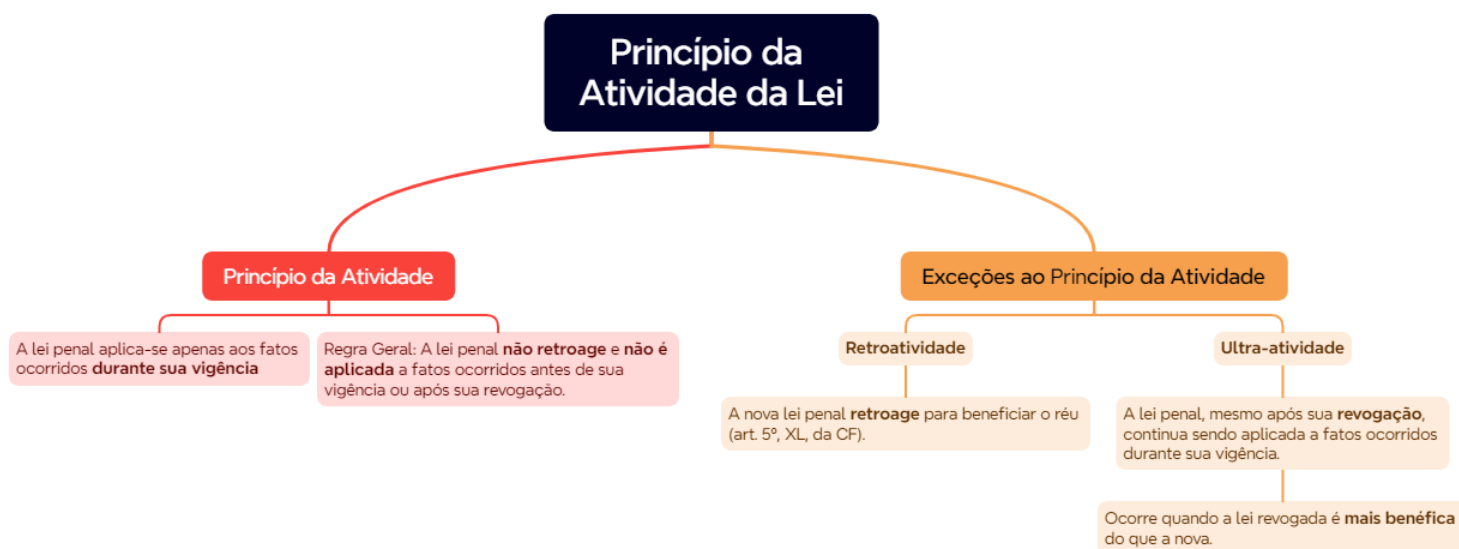
### **Art. 5º, Constituição Federal:**

*XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;*

### **Art. 2º do Código Penal:**

*Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*





## Publicação de Nova Lei Penal

A publicação de uma nova lei penal pode gerar diferentes efeitos sobre os fatos ocorridos anteriormente. Entre os principais termos estão:

- **Novatio legis incriminadora**: trata-se da criação de uma **nova lei que criminaliza** uma conduta que, até então, não era considerada crime (conduta atípica). Não pode retroagir.
- **Novatio legis in pejus**: é a criação de uma nova lei **mais grave que a atual**, aumentando a pena ou tornando a conduta mais severamente punível. Nesse caso, a nova lei **não pode retroagir** para prejudicar o réu.
- **Novatio legis in melius**: é a **nova lei penal que beneficia** o réu, ou seja, é mais branda que a lei atual, como a redução da pena ou descriminalização parcial da conduta. Nessa hipótese, a nova lei **retroage** para alcançar os fatos praticados anteriormente.
- **Abolitio criminis**: ocorre quando a nova lei **revoga** uma norma penal incriminadora, deixando de considerar determinada conduta como crime. Nesse caso, a punição é extinta, e cessam os efeitos da sentença condenatória.

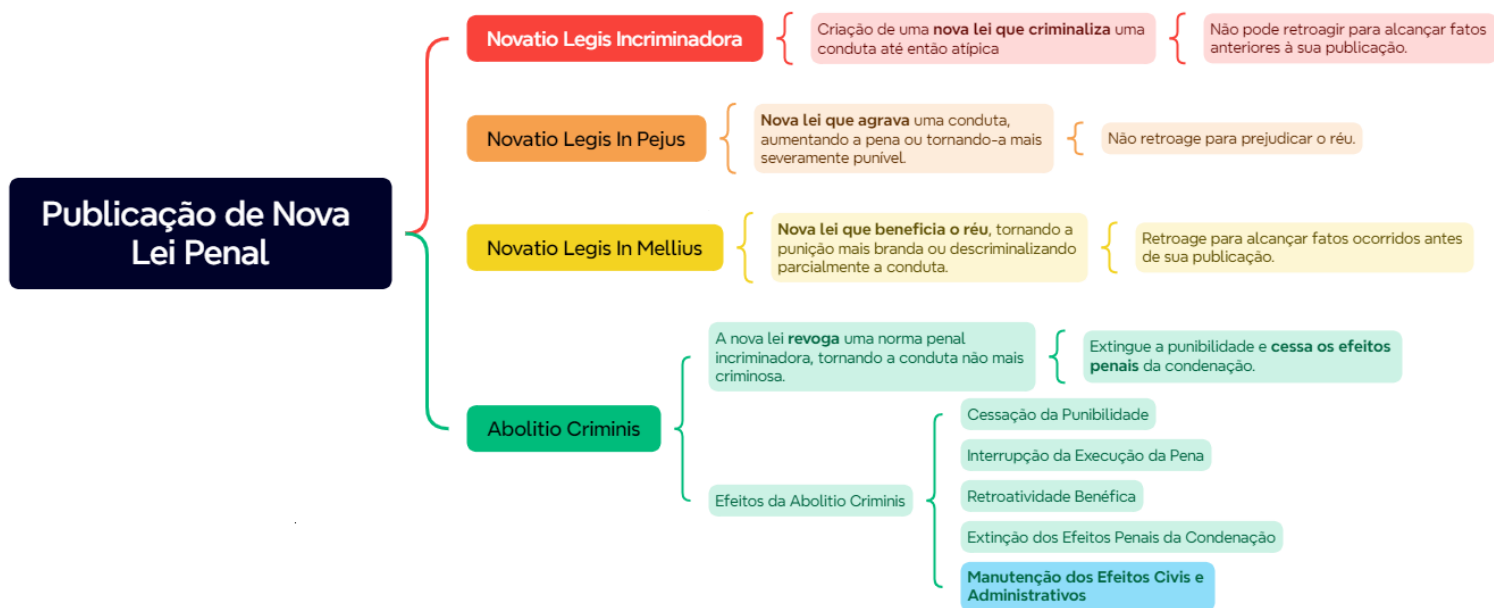
A respeito da **abolitio criminis**, deve-se ter um pouco mais de atenção. Veja seus principais efeitos:

1. **Cessaçã da Punibilidade**: A abolitio criminis extingue a punibilidade do agente, ou seja, o réu não pode mais ser punido por um fato que, pela nova lei, não é mais considerado crime.
2. **Interrupção da Execução da Pena**: Se a pessoa já estiver cumprindo pena por um crime que foi abolido, a execução da pena **cessa imediatamente**, e o condenado é liberado.
3. **Retroatividade Benéfica**: A abolitio criminis tem **efeito retroativo**, ou seja, aplica-se também a fatos cometidos antes da entrada em vigor da nova lei. Isso segue o princípio constitucional de que a **lei penal mais benéfica** ao réu retroage (art. 5º, XL, da Constituição Federal).





4. **Extinção dos Efeitos Penais da Condenação:** Além da interrupção da pena, os **efeitos penais da condenação** (como reincidência, antecedentes criminais etc.) também são extintos. Ou seja, a condenação não pode ser usada contra o réu em processos futuros.
5. **Manutenção dos Efeitos Cíveis e Administrativos:** A abolitio criminis não afeta os **efeitos extrapenais**, como os **efeitos cíveis** (por exemplo, uma indenização decorrente do ato) ou **administrativos** (como a perda de cargo público, se aplicável). Esses efeitos permanecem válidos, a menos que a nova lei preveja expressamente o contrário.



CURIOSIDADE



Um exemplo clássico de **abolitio criminis** no Brasil ocorreu com a descriminalização do **adultério**. O art. 240 do Código Penal previa o adultério como crime, punido com pena de detenção de 15 dias a 6 meses.

No entanto, com a promulgação da Lei nº 11.106/2005, esse dispositivo foi revogado, e o adultério deixou de ser considerado crime no Brasil.

Dessa forma, todas as pessoas que estavam respondendo judicialmente pelo crime de adultério ou que haviam sido condenadas por ele tiveram sua punibilidade extinta, e qualquer pena ou efeito penal decorrente desse crime foi cancelado.

## Nova lei penal benéfica e maléfica

Quando uma nova lei penal é publicada e traz, simultaneamente, **benefícios e prejuízos** ao réu, a doutrina majoritária defende que não pode haver combinação de leis, isto é, o juiz não pode mesclar partes favoráveis e desfavoráveis da mesma lei ou de leis diferentes.

Assim, o magistrado deve escolher entre aplicar **integralmente** a lei nova ou a lei antiga, sempre optando pela que for **mais benéfica** ao réu no conjunto da sua aplicação. Isso inclusive é objeto de súmula do STJ:



### JURISPRUDÊNCIA

#### ↳ Súmula 501 - STJ:

É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

A Súm. 501 do STJ é específica sobre a lei de drogas, mas seu entendimento se aplica aos demais casos.

Portanto, mesmo que uma nova lei traga ao réu vantagens em um ponto e desvantagens em outro, ela deverá ser analisada **como um todo**, respeitando o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica (art. 5º, XL, da CF), sem fragmentação entre seus aspectos favoráveis e prejudiciais.

## Leis excepcionais e temporárias

As leis penais **excepcionais** (editadas em situações anormais, como guerras) e **temporárias** (com prazo de validade determinado) possuem uma particularidade: elas **não geram abolitio criminis** (extinção do crime) quando perdem sua vigência.

Isso significa que, mesmo após o término da vigência dessas leis, os atos cometidos durante sua validade permanecem puníveis. Essa regra está prevista no **art. 3º do Código Penal**.

*Art. 3º - A lei **excepcional** ou **temporária**, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.*





### 3 – Tempo do crime

O tempo do crime é definido no **art. 4º do Código Penal**, que adota a **teoria da atividade**.

*Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.*

Segundo essa teoria, considera-se praticado o crime no momento em que ocorre a **ação ou omissão** do agente, independentemente do momento do resultado. Isso é importante para determinar qual lei penal se aplica ao caso.

Nos **crimes continuados** (vários crimes praticados em continuidade delitiva) e nos **crimes permanentes** (aqueles cuja consumação se prolonga no tempo, como o sequestro), a jurisprudência estabelece que o crime se considera praticado **durante todo o período em que se prolonga a conduta criminosa**.

A **Súmula 711 do STF** prevê que, nos crimes **permanentes** e **continuados**, **aplica-se a lei vigente no momento da cessação da permanência ou da continuidade**, ainda que mais severa. Isso significa que, se uma lei mais gravosa entrar em vigor enquanto o crime ainda estiver em curso, ela será aplicada ao caso.



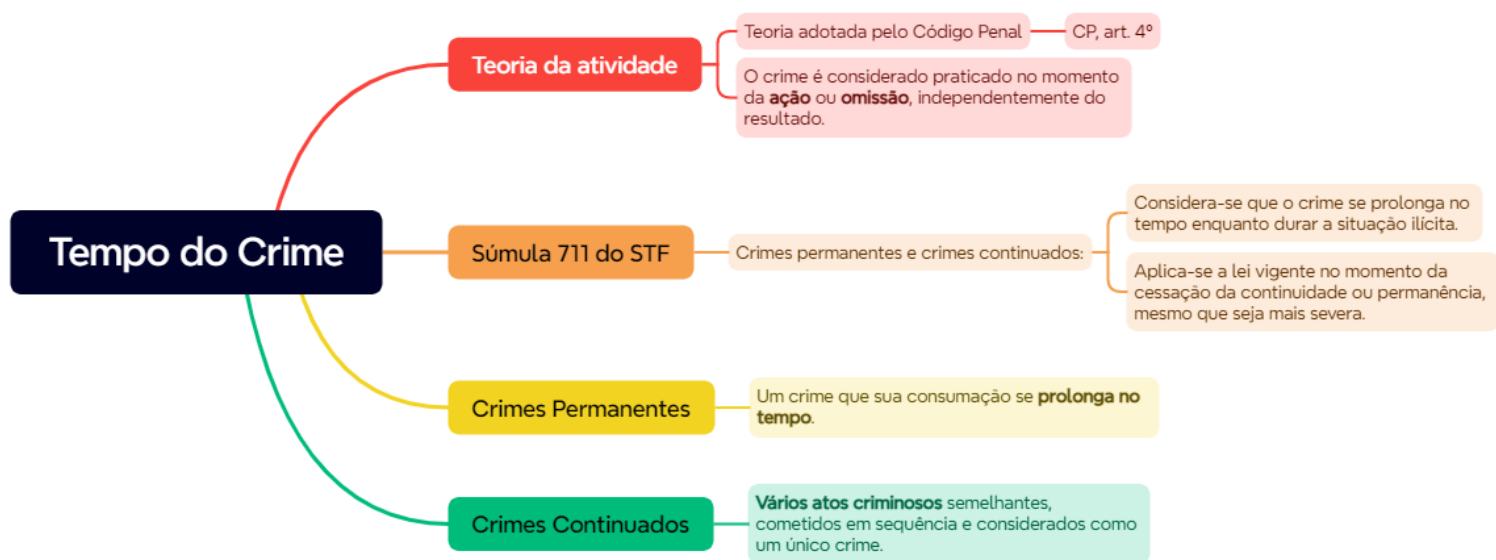
### JURISPRUDÊNCIA



### 📌 Súmula 711 - STF:

A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

**Exemplo:** Imagine um caso de **sequestro** que começou em 2022, quando a pena prevista era menor, mas terminou em 2023, quando uma lei mais rigorosa foi aprovada. Nesse caso, a lei de 2023 será aplicada, pois o crime só cessou após sua vigência.



## 4 – Lei Penal no Espaço

A Lei Penal no Espaço é regida pelo **princípio da territorialidade** previsto no **art. 5º do Código Penal**:

*Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no **território nacional**.*

*§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como **extensão do território nacional** as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.*

*§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de **aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada**, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.*



Assim, a lei penal brasileira aplica-se aos crimes cometidos dentro do **território nacional**. No entanto, trata-se de uma **territorialidade mitigada ou temperada**, pois admite exceções previstas em tratados, convenções ou regras internacionais.

O **território brasileiro** não se limita ao solo, mas abrange também o **mar territorial**, o **espaço aéreo**, e se estende a **navios e aeronaves**. Isso inclui tanto os **navios e aeronaves públicos**, quanto os **navios e aeronaves particulares** que estejam em **alto-mar** ou no **espaço aéreo internacional**, sendo considerados uma extensão do território nacional para fins penais.

O **art. 5º, §2º do Código Penal** reforça essa mitigação ao prever que, em casos de tratados ou convenções internacionais, a aplicação da lei penal brasileira pode ser **modificada ou restrita**, respeitando esses acordos, o que reflete a flexibilização do princípio da territorialidade absoluta.

## Extraterritorialidade

A **extraterritorialidade** é o princípio pelo qual a **lei penal brasileira** pode ser aplicada a crimes cometidos **fora do território nacional**, conforme previsto no **art. 7º do Código Penal**.

*Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:*

Ela se divide em três categorias: **incondicionada**, **condicionada** e **hipercondicionada**.

### Extraterritorialidade incondicionada

Nos casos previstos no **art. 7º, I**, a lei penal brasileira se aplica **independentemente de condições**, ou seja, a aplicação é automática.

Isso ocorre quando o crime atinge diretamente a **soberania** ou **interesses nacionais**, ou em crimes cometidos contra a **administração pública** por brasileiros no exterior, como: crimes contra a **vida ou liberdade** do Presidente da República; crimes contra o **patrimônio ou fé pública** de órgãos do governo brasileiro; crimes contra a **administração pública** por quem está a seu serviço (ex.: corrupção de funcionários públicos).

*I - os crimes:*

*a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;*

*b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;*

*c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;*

*d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;*

### Extraterritorialidade condicionada



Há **hipóteses** que requerem certas condições para aplicação da lei penal brasileira. Vejamos quais são essas hipóteses de extraterritorialidade condicionada, prevista no art. 6º, II:

*II - os crimes:*

- a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;*
- b) praticados por brasileiro;*
- c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.*

As **condições** das hipóteses da extraterritorialidade condicionada estão previstas no §2º do mesmo artigo:

*2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do **concurso das seguintes condições**:*

- a) entrar o agente no território nacional;*
- b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;*
- c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;*
- d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;*
- e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.*

## Extraterritorialidade hipercondicionada

Prevista no **art. 7º, §3º**, refere-se a crimes cuja aplicação da lei brasileira exige, **além das condições da extraterritorialidade condicionada**, a existência de **pedido de extradição negado pelo Brasil**.

Ou seja, a lei penal brasileira será aplicada a crimes de estrangeiros que, cometidos no exterior, envolvam pedidos de extradição recusados, desde que as condições já previstas na extraterritorialidade condicionada sejam cumpridas.

*§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:*

- a) não foi pedida ou foi negada a extradição;*
- b) houve requisição do Ministro da Justiça.*



## Lei Penal no Espaço

|   |  |   |
|---|--|---|
| Princípio da Territorialidade (art. 5º, CP) | A lei penal brasileira aplica-se aos crimes cometidos no território nacional.    | <b>Exceções:</b> tratados, convenções ou regras de direito internacional podem alterar a aplicação da lei penal brasileira.   |
| Extraterritorialidade (art. 7º, CP)         | Aplicação da lei penal brasileira a crimes cometidos fora do território nacional |   |
|   | Aplica-se <b>sem condições</b> , a certos crimes graves                          |   |
|   | Extraterritorialidade Incondicionada   | <p>Hipóteses</p> <p>Crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República</p> <p>Crimes contra o patrimônio ou a fé pública de órgãos brasileiros</p> <p>Crimes cometidos por brasileiros a serviço da administração pública no exterior</p>   |
|   | Extraterritorialidade Condicionada   | <p>Hipóteses</p> <p>Crime que tratado/convenção o Brasil tem que reprimir</p> <p>Crime praticado por brasileiro</p> <p>Crime praticado em aeronave ou embarcação brasileiras mercantes ou privadas, quando em território estrangeiro e aí não julgadas</p> <p>O agente entrar no Brasil</p> <p>Estar o crime previsto na lei do país onde foi praticado</p> <p>Crime incluído dentre aqueles que autoriza a extradição</p> <p>Agente não absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido pena</p> <p>Agente não perdoado no estrangeiro ou punibilidade não extinta</p> |
|   | Extraterritorialidade Hipercondicionada  | <p>Além das condições da extraterritorialidade condicionada, requer:</p> <p>Que tenha havido <b>pedido de extradição negado</b> E</p> <p>Requisição do Ministro da Justiça</p>  |

## 5 – Lugar do Crime

O **Código Penal brasileiro**, em seu **art. 6º**, adota a **teoria da ubiquidade** (ou mista) para definir o **lugar do crime**.

De acordo com essa teoria, considera-se praticado o crime tanto no lugar em que ocorreu a **ação ou omissão** (conduta), quanto no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o **resultado**.

*Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.*





## 6 – Disposições preliminares do Código Penal

As **disposições preliminares** do **Código Penal** estabelecem fundamentos essenciais para a aplicação da lei penal no país. Vejamos os tópicos de maior importância sobre o tema.

### Pena Cumprida no Estrangeiro (art. 8º)

*Art. 8º - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.*

Este artigo diz que, se um indivíduo foi condenado e cumpriu pena em outro país pelo mesmo delito, esse período poderá ser considerado na aplicação da pena no Brasil, seja para atenuar ou para computar diretamente, conforme a correspondência entre as penas.

### Eficácia de Sentença Estrangeira (art. 9º)

*Art. 9º - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:*

*I - obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis;*

*II - sujeitá-lo a medida de segurança.*

*Parágrafo único - A homologação depende:*

*a) para os efeitos previstos no inciso I, de pedido da parte interessada;*

*b) para os outros efeitos, da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.*

*A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.*

O art. 9º estabelece que a **sentença estrangeira**, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:

- Obrigar o condenado à **reparação do dano**, à restituição e a outros efeitos civis;
- Sujeitá-lo a **medida de segurança**.

A homologação de sentença estrangeira é de competência do **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, conforme o **artigo 105, inciso I, alínea 'i'** da **Constituição Federal**.







## JURISPRUDÊNCIA

### 👉 Súmula 420 - STF:

Não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado.

Assim, conforme a Súm. 420 do STF, para que haja homologação (pelo STJ) da sentença proferida no estrangeiro, é **necessário comprovar o trânsito em julgado** naquele país.

### Contagem de Prazos (art. 10)

*Art. 10 - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.*

O art.10 determina que os **prazos** no direito penal computam-se **incluindo o dia do começo** e **excluindo o do vencimento**.

Ademais, os prazos penais são **improrrogáveis** e **insuscetíveis** de interrupção e suspensão, inclusive no recesso forense.

Lembrando que os **prazos penais** são aqueles referentes à prescrição, decadência, causas de extinção da punibilidade, prisão e pena.



A contagem de prazos no Direito Penal é diferente da contagem no Direito Processual Penal. Vejamos:

- **Direito Penal:** inclui o dia do começo, despreza-se o dia do fim (CP, art. 10º).
- **Direito Processual Penal:** não inclui o dia do começo, mas inclui o do vencimento (CPP, art. 798, §1º).



## Frações Não Computáveis de Pena (art. 11)

*Art. 11 - Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de ~~cruzeiro~~ real.*

Em resumo o art. 11 diz que nas penas de:

- **Privativas de liberdade e restritivas de direito:** não se consideram períodos inferiores a um dia;
- **Multa:** valores inferiores a R\$ 1,00 real são desprezados.



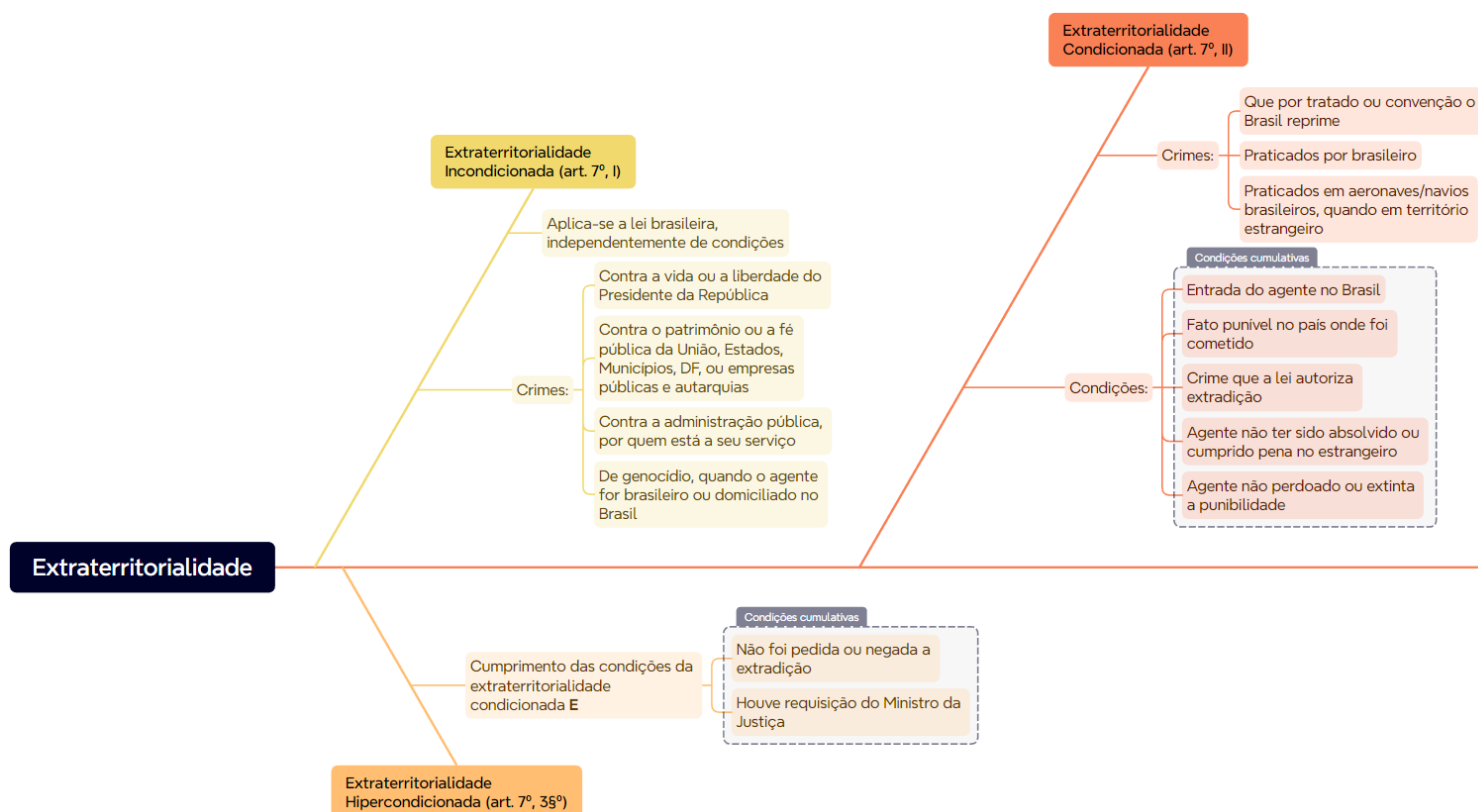
## APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.



A **extraterritorialidade** é a aplicação da lei penal brasileira a crimes cometidos fora do território nacional.

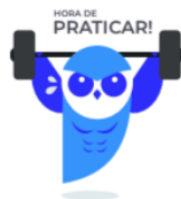
Prevista no art. 7º do Código Penal, em virtude de haver muitos detalhes, essa é a nossa **aposta estratégica** para o assunto da aula de hoje. Vejamos, então, em formato de mapa-mental:



<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



## QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) Larissa é brasileira e cometeu um crime de lesão corporal grave enquanto fazia turismo na Tailândia. Sobre o tema e de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Larissa só poderá ser julgada pela lei tailandesa, porque o lugar do crime não foi em território brasileiro.
- b) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira se, dentre outras condições, tiver retornado ao território brasileiro e não tiver sido absolvida perante a lei tailandesa.
- c) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira contanto que haja requisição de tal expediente pelo Ministro da Justiça.
- d) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira ainda que tenha sido julgada e absolvida pela lei tailandesa.
- e) Larissa poderá ser julgada pela lei brasileira contanto que fique provado que o crime foi cometido em aeronave ou embarcação brasileira.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** A regra geral do direito penal brasileiro é que a lei penal só se aplica aos crimes cometidos dentro do território nacional. No entanto, há exceções previstas no Código Penal, como a possibilidade de aplicação da lei brasileira a crimes cometidos no exterior, especialmente quando envolvem cidadãos brasileiros.

**Letra B – Correta:** O artigo 7º, inciso II, alínea "b" do Código Penal prevê que a lei penal brasileira pode ser aplicada a crimes cometidos por brasileiros no exterior, desde que preenchidos alguns requisitos, como o retorno ao Brasil e a inexistência de absolvição ou cumprimento da pena no país estrangeiro.

*Art. 7º, II, b: Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:*

*II – que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, ou praticados por brasileiro;*



*b) se, tendo sido praticado por brasileiro, foi ele encontrado no Brasil.*

**Letra C – Incorreta:** A requisição do Ministro da Justiça é uma exigência apenas para a aplicação do princípio da justiça universal, e não para os casos de extraterritorialidade incondicionada ou condicionada para crimes praticados por brasileiros.

**Letra D – Incorreta:** Caso Larissa tenha sido julgada e absolvida na Tailândia, a lei penal brasileira não poderá mais processá-la, pois um dos requisitos da extraterritorialidade condicionada é que o agente não tenha sido absolvido ou já cumprido a pena no exterior.

**Letra E – Incorreta:** A jurisdição brasileira sobre crimes cometidos no exterior em aeronaves ou embarcações brasileiras só se aplica quando esses veículos estão em alto-mar ou no espaço aéreo internacional, o que não se aplica ao caso.

**Gabarito:** Letra B

**2. (AOCP/Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná/Policial Penal/2024)** Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

a) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.

b) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.

c) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da pena aplicada.

d) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.

e) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta:** O princípio da *abolitio criminis* determina que, se uma conduta deixa de ser considerada crime por força de lei posterior, todos os efeitos penais dessa condenação devem ser extintos, inclusive para aqueles que já estão cumprindo pena. Isso está previsto no artigo 2º, parágrafo único do Código Penal.



**Letra B – Incorreta:** Não há previsão legal para a redução parcial da pena nesses casos. Se um crime deixa de existir, os seus efeitos penais devem ser integralmente cessados, e não apenas reduzidos.

**Letra C – Incorreta:** O simples fato de Mário já estar cumprindo pena não impede a aplicação do princípio da *abolitio criminis*. Esse princípio se aplica independentemente do estágio em que se encontra o cumprimento da pena.

**Letra D – Incorreta:** Ainda que a conduta tenha sido considerada crime ao tempo da condenação, a nova lei deve retroagir para beneficiar o condenado, extinguindo a pena imposta para o fato que deixou de ser crime.

**Letra E – Correta:** A *abolitio criminis* faz cessar todos os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime. Lembre-se que, mesmo ocorrendo a *abolitio criminis*, os efeitos **civis e administrativos** da sentença são mantidos.

*Art. 2º, parágrafo único: Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

**Gabarito:** Letra E

**3. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Assinale a alternativa correta acerca do conflito aparente de normas penais.

- a) No conflito aparente, duas ou mais leis penais disputam a aplicação a um mesmo fato típico, contudo somente uma delas pode ser aplicada, pois as outras já não estão mais em vigor.
- b) Especialidade, subsidiariedade, consunção e alteridade são princípios apontados pela doutrina como solucionadores do conflito aparente.
- c) Conforme o princípio da especialidade, a lei especial prevalece sobre a lei geral, devendo essa análise ocorrer no plano abstrato.
- d) O conflito aparente, que pode ser enquadrado no âmbito da interpretação da lei penal, possui três requisitos, quais sejam: (i) pluralidade de fatos; (ii) pluralidade de leis penais; e (iii) vigência simultânea de todas elas.
- e) O crime progressivo e a progressão criminosa podem ser apontados como hipóteses de aplicação do princípio da subsidiariedade.

**Comentários:**



**Letra A – Incorreta:** O conflito aparente de normas ocorre quando duas ou mais normas parecem incidir sobre um mesmo fato típico, mas, na realidade, apenas uma delas deve ser aplicada. No entanto, todas as normas envolvidas permanecem em vigor, sendo a questão resolvida pela aplicação de critérios de prevalência, como especialidade, subsidiariedade e consunção.

**Letra B – Incorreta:** Os critérios utilizados para solucionar conflitos aparentes de normas penais são **especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade**. A alteridade não é um princípio usado para solucionar conflitos aparentes de normas, mas sim um princípio que exclui a punição de condutas que não causem lesão ou perigo a bens jurídicos alheios.

**Letra C – Correta:** O princípio da especialidade estabelece que a norma especial prevalece sobre a norma geral, sendo essa análise feita no plano abstrato, e não apenas no caso concreto. Uma norma especial contém todos os elementos da norma geral, acrescidos de requisitos específicos.

**Exemplo:**

**Crime de homicídio (art. 121 do CP) → norma geral**

**Homicídio qualificado pelo feminicídio (art. 121, §2º, VI do CP) → norma especial**

A norma do feminicídio absorve a norma geral, pois contém todos os seus elementos, além de circunstâncias específicas.

**Letra D – Incorreta:** O conflito aparente de normas exige: (i) unidade de fato (e não pluralidade, como está na questão); (ii) Pluralidade de normas (duas ou mais normas aplicáveis) e (iii) Vigência simultânea das normas.

A alternativa menciona erroneamente a "pluralidade de fatos", o que é incompatível com o conceito de conflito aparente de normas.

**Letra E – Incorreta:** O crime progressivo e a progressão criminosa não são hipóteses de subsidiariedade, mas sim de consunção. A subsidiariedade ocorre quando um crime é menos grave e subsidiário a outro, devendo ser aplicado apenas na ausência do delito mais grave. Já a consunção ocorre quando um crime é meio necessário para outro ou é absorvido no desdobramento de um crime maior.

**Gabarito:** Letra C

**4. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

a) A interpretação analógica, método de colmatação do ordenamento jurídico, caso seja desfavorável ao réu, não pode ser admitida no direito penal, em atenção ao princípio da reserva legal.



b) A nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta já classificada como infração penal é denominada *lex mitior*. Como se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.

c) Segundo o princípio da representação, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.

d) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.

e) Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior à exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** A interpretação analógica ocorre quando a norma contém uma fórmula genérica que necessita ser preenchida com situações concretas. No direito penal, ela pode ser usada tanto para beneficiar quanto para prejudicar o réu, desde que esteja prevista dentro da própria lei. O que é vedado é a **analogia** *in malam partem*, que amplia a criminalização de condutas sem previsão legal expressa.

**Letra B – Incorreta:** A *lex mitior* é a lei penal mais **benéfica** ao réu, e não a que agrava a punição. Quando uma nova lei é mais gravosa, ela não retroage, sendo aplicada somente aos fatos praticados após sua vigência, conforme o princípio da irretroatividade da lei penal mais severa previsto no artigo 5º, XL, da Constituição Federal.

**Letra C – Incorreta:** O princípio da representação (ou bandeira) não se aplica aos crimes praticados contra a administração pública, mas sim a crimes cometidos contra brasileiros no exterior, conforme o artigo 7º, §3º, do Código Penal.

**Letra D – Incorreta:** O reconhecimento simultâneo das qualificadoras de motivo torpe e feminicídio não configura *bis in idem*, pois cada uma delas possui fundamentos distintos. A qualificadora do motivo torpe refere-se à motivação do crime, enquanto a qualificadora do feminicídio se relaciona à condição da vítima e ao contexto da violência de gênero.

**Letra E – Correta:** O crime de concussão (artigo 316) é formal, ou seja, consuma-se no momento em que o agente exige vantagem indevida, independentemente de seu recebimento. Assim, não há flagrante delito se a entrega da vantagem ocorrer em um momento posterior à exigência, pois o recebimento é apenas um exaurimento do crime, e não requisito para sua consumação.

*Art. 316: Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.*

**Gabarito:** Letra E





### 5. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)

Suponha que, em agosto de 2022, o Brasil sedie importante evento internacional esportivo, com duração de um mês e que ocorrerá nas principais cidades do país. A previsão é de que venham ao Brasil para acompanhar o evento mais de 2 milhões de turistas, isso sem considerar o deslocamento de pessoas que ocorrerá por conta do próprio turismo interno brasileiro. À vista disso e temendo o aumento exagerado da ocorrência de alguns delitos, foi publicada lei de conteúdo penal prevendo que, durante o período de 15/06/2022 até 15/10/2022, a pena do crime de estelionato será de reclusão, de três a nove anos, sendo que, ao término do período estipulado em lei, a pena voltará a ser a prevista originariamente, isto é, reclusão, de um a cinco anos. No dia 04/08/2022, José, notável golpista, pratica o crime de estelionato contra Jimmy, turista americano que visitava Goiânia para acompanhar o evento esportivo. Encerrado o inquérito policial, José foi denunciado pelos fatos em 01/11/2022. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que

- a) A referida lei é um exemplo clássico de lei penal excepcional, que possui como uma de suas características ser autorrevogável.
- b) Se trata de uma típica lei penal intermediária, dotada de ultratividade, razão pela qual José, em caso de condenação, estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos.
- c) José, caso seja condenado, estará sujeito à pena de reclusão, de um a cinco anos, haja vista o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- d) Caso seja condenado, José estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos, tendo em vista que, na data dos fatos, estava vigente uma típica lei penal temporária.
- e) Em atenção ao princípio da legalidade, José não poderá ser condenado, pois a lei penal que vigorava na data dos fatos não está mais vigente.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** A lei do enunciado não se trata de lei penal excepcional, mas sim de lei penal temporária, pois foi editada com prazo de vigência previamente definido. A **lei excepcional** surge em **circunstâncias anormais**, como estados de guerra ou calamidade pública, e sua aplicação continua mesmo após cessadas as circunstâncias que motivaram sua criação.

**Letra B – Incorreta:** A **lei penal intermediária** é aquela que **entra em vigor entre a prática do crime e o julgamento do réu**, sendo aplicada se for mais benéfica. Contudo, no caso, trata-se de lei penal temporária, e a pena aplicada será aquela vigente na data do fato, independentemente da revogação posterior.

**Letra C – Incorreta:** O princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica não se aplica às leis penais temporárias e excepcionais, pois, mesmo revogadas, essas leis continuam a reger os fatos ocorridos durante sua vigência.



**Letra D – Correta:** José será julgado pela lei penal temporária, pois a pena prevista na data do fato era de três a nove anos, e essa norma continua aplicável mesmo após sua revogação. A característica fundamental da lei penal temporária é que ela é autorrevogável, mas mantém seus efeitos sobre os crimes cometidos durante sua vigência.

*Art. 3º: A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.*

**Letra E – Incorreta:** A lei penal temporária tem aplicação mesmo após o término de sua vigência, pois regula os fatos ocorridos durante seu período de validade, conforme artigo 3º do Código Penal.

**Gabarito:** Letra D

**6. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021)**  
Referente ao Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Quanto ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.
- b) O crime impossível constitui causa de exclusão da culpabilidade.
- c) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- e) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a quarenta anos.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta:** O Código Penal realmente adotou a **teoria da ubiquidade** para definir o **lugar do crime** (art. 6º), e a teoria da atividade para o tempo do crime (art. 4º).

*Art. 4º Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.*

*Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.*



**Letra B – Incorreta:** O crime impossível (art. 17) não exclui a culpabilidade, mas sim a tipicidade, pois a conduta não tem potencialidade lesiva devido à ineficácia absoluta do meio ou à imprópriedade absoluta do objeto.

**Letra C – Incorreta:** Os menores de 18 anos são inimputáveis, conforme o art. 27 do Código Penal. No entanto, podem ser submetidos a medidas socioeducativas previstas na legislação especial, como no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

*Art. 27: Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.*

**Letra D – Incorreta:** O Código Penal prevê que a participação de menor importância pode reduzir a pena de um sexto a um terço, e não até dois terços.

*Art. 29, § 1º: Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.*

**Letra E – Correta:** O tempo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade no Brasil é de 40 anos, conforme o art. 75 do Código Penal.

*Art. 75: O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos.*

**Gabarito:** Letra E

**7. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** De acordo com o Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Aplica-se a lei brasileira ao crime de homicídio cometido na Argentina contra o Presidente da República do Brasil. Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da representação.

b) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

d) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.



e) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de catorze anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** O crime cometido contra o Presidente da República, ainda que no exterior, está sujeito à extraterritorialidade incondicionada e se fundamenta no **princípio da defesa ou proteção**, e não no princípio da representação. O princípio da representação (ou da bandeira) aplica-se a crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves brasileiros privados no exterior.

*Art. 7º, I, "a": Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.*

**Letra B – Correta:** O perdão judicial extingue a punibilidade e impede a produção de efeitos condenatórios, conforme prevê o art. 107, IX.

*Art. 107, IX: Extingue-se a punibilidade pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.*

**Letra C – Correta:** O crime de roubo se consuma no momento em que o agente obtém a posse do bem mediante violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo, sendo desnecessária a posse mansa, pacífica ou desvigiada, conforme entendimento do STJ e do STF.

**Letra D – Correta:** Para a configuração do crime de **violação de direito autoral** (art. 184, §2º), é suficiente a **perícia por amostragem**, sendo **desnecessária a identificação do titular dos direitos violados**.

**Letra E – Correta:** O crime de **estupro de vulnerável** (art. 217-A) ocorre **independentemente do consentimento da vítima**, de sua experiência sexual ou de eventual relação amorosa com o agente.

**Gabarito:** Letra A

**8. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** Em relação ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

a) A interpretação analógica consiste na aplicação, ao caso não previsto em lei, de lei reguladora de caso semelhante.

b) A lei penal excepcional é aquela que tem o seu termo final explicitamente previsto em data certa do calendário. É espécie de lei intermitente, sendo autorrevogável e dotada de ultratividade.

c) O princípio da consunção se concretiza em quatro situações: crime continuado, crime progressivo, progressão criminosa e atos impuníveis.



d) Aos crimes conexos e aos crimes plurilocais, quanto ao lugar do crime, não se aplica a teoria da ubiquidade.

e) No tocante aos efeitos de sentença estrangeira condenatória para a caracterização da reincidência no Brasil, é imprescindível a sua homologação pelo STJ, não bastando apenas a sua existência e eficácia no exterior.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** A interpretação analógica não se confunde com **analogia**. A interpretação analógica ocorre quando a **própria norma contém uma fórmula genérica**, devendo ser aplicada conforme os casos semelhantes expressos na própria lei. Já a **analogia** consiste em aplicar uma norma existente a um caso omissio.

**Letra B – Incorreta:** As leis penais excepcionais são aquelas criadas para vigorar em situações extraordinárias (como guerra ou calamidade pública) e não possuem necessariamente um prazo fixado. São ultrativas, pois continuam a ser aplicadas aos fatos ocorridos durante sua vigência, mesmo após a revogação.

**Letra C – Incorreta:** O princípio da consunção ocorre quando um crime **menos grave é absorvido por outro mais grave** no contexto da conduta delitiva. A alternativa cobrou a doutrina de Cleber Masson, qual seja: *"O princípio da consunção se concretiza em quatro situações: crime complexo, crime progressivo, progressão criminosa e atos impuníveis"*.

Dessa forma, o princípio da consunção não resta concretizado em situação de crime continuado.

**Letra D – Correta:** Mais uma alternativa cobrando os ensinamentos de Cleber Masson: *"a teoria da ubiquidade não se aplica aos crimes conexos, crimes plurilocais, infrações de menor potencial ofensivo, crimes falimentares e atos infracionais"*.

**Letra E – Incorreta:** No que se refere à eficácia de sentença estrangeira, para configurar reincidência, não é necessária homologação de sentença estrangeira, bastando sua existência.

**Gabarito:** Letra D

**9. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012)** De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.



III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

a) Apenas II e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

#### Comentários:

**Item I – Correto:** O princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica prevê que ninguém pode ser punido por um fato que uma lei posterior deixa de considerar crime. A execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória cessam, conforme o **art. 2º, parágrafo único**.

**Item II – Incorreto:** A afirmação está errada porque, se a lei posterior for mais benéfica ao agente, ela se aplica aos fatos anteriores, conforme prevê o **art. 2º, parágrafo único**.

**Item III – Correto:** As leis excepcionais e temporárias continuam a ser aplicadas mesmo após sua revogação, desde que os fatos tenham ocorrido durante sua vigência (**art. 3º**).

**Item IV – Correto:** A teoria da atividade estabelece que o crime é considerado praticado no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra posteriormente (**art. 4º**).

**Gabarito:** Letra D

**10. (AOC/Prefeitura Municipal de Camaçari/Procurador/2010)** De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.

b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

c) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se



encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

d) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta:** A afirmativa está errada porque a lei posterior que deixa de considerar um fato como crime não afeta os efeitos civis e administrativos da sentença condenatória, apenas os efeitos penais, conforme o art. 2º, parágrafo único.

**Letra B – Correta:** O Código Penal adota a teoria da atividade, considerando o crime praticado no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado ocorra depois (art. 4º).

**Letra C – Correta:** O Código Penal prevê a extraterritorialidade ficta, considerando como extensão do território nacional embarcações e aeronaves públicas ou a serviço do governo brasileiro (art. 5º, §1º).

**Letra D – Correta:** A lei penal brasileira se aplica a crimes cometidos em aeronaves ou embarcações estrangeiras privadas quando estiverem no território brasileiro, conforme o art. 7º, II, "a".

**Letra E – Correta:** A teoria da ubiquidade determina que o crime é considerado praticado tanto no local da ação ou omissão, quanto no local do resultado, conforme o art. 6º.

**Gabarito:** Letra A





## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

- 1. Explique o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e sua importância no direito penal.**
- 2. Em que circunstâncias a lei penal mais benéfica pode retroagir? Existe alguma exceção a esse princípio?**
- 3. Defina o conceito de crime permanente e explique como a lei penal vigente é aplicada a esse tipo de crime.**
- 4. O que é considerado o tempo do crime no direito penal brasileiro? Qual artigo do Código Penal regulamenta essa questão?**
- 5. No que consiste o princípio da ubiquidade na definição do lugar do crime? Como esse princípio é aplicado pelo Código Penal?**
- 6. Diferencie territorialidade e extraterritorialidade no contexto da aplicação da lei penal.**





7. Quais são os casos em que a extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira se aplica, conforme o Código Penal?
8. Explique a diferença entre a extraterritorialidade condicionada e a incondicionada. Dê um exemplo de cada.
9. O Código Penal prevê a aplicação da lei penal brasileira em crimes praticados por brasileiros no exterior. Quais são as condições para essa aplicação?
10. O que é a ultratividade da lei penal temporária ou excepcional? Dê um exemplo de sua aplicação.
11. Como é definida a competência para julgar crimes cometidos em embaixadas estrangeiras localizadas no Brasil?
12. O que acontece se uma nova lei mais benéfica entrar em vigor enquanto um crime continuado ainda está em andamento? Explique com base na jurisprudência.
13. De que forma a abolitio criminis afeta as ações penais em curso? Existe algum efeito que a abolitio não atinge?
14. Quando se aplica a territorialidade mitigada da lei penal brasileira, e quais são as exceções previstas?
15. Em crimes omissivos, qual é o momento considerado para fins de aplicação da lei penal?

## Perguntas com respostas

1. **Explique o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa e sua importância no direito penal.**  
O princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa impede que uma lei penal mais severa seja aplicada a fatos ocorridos antes de sua vigência. Esse princípio garante a segurança jurídica e está previsto no artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal.
2. **Em que circunstâncias a lei penal mais benéfica pode retroagir? Existe alguma exceção a esse princípio?**  
A lei penal mais benéfica pode retroagir para beneficiar o réu em qualquer fase do processo, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, conforme o artigo 5º, XL, da Constituição Federal e o artigo 2º do Código Penal. Não há exceções a esse princípio.
3. **Defina o conceito de crime permanente e explique como a lei penal vigente é aplicada a esse tipo de crime.**  
O crime permanente é aquele em que a consumação se prolonga no tempo, como o sequestro. A lei penal vigente no momento da cessação da permanência é aplicada, conforme a Súmula 711 do STF.
4. **O que é considerado o tempo do crime no direito penal brasileiro? Qual artigo do Código Penal regulamenta essa questão?**



O tempo do crime é considerado o momento da ação ou omissão, independentemente de quando o resultado ocorra, conforme o artigo 4º do Código Penal.

**5. No que consiste o princípio da ubiquidade na definição do lugar do crime? Como esse princípio é aplicado pelo Código Penal?**

O princípio da ubiquidade considera como lugar do crime tanto o local onde ocorreu a ação (ou omissão) quanto onde se produziu o resultado. Está previsto no artigo 6º do Código Penal.

**6. Diferencie territorialidade e extraterritorialidade no contexto da aplicação da lei penal.**

Territorialidade significa que a lei penal brasileira aplica-se a crimes cometidos em território nacional. Extraterritorialidade ocorre quando a lei penal brasileira é aplicada a crimes cometidos fora do território nacional, sob condições estabelecidas.

**7. Quais são os casos em que a extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira se aplica, conforme o Código Penal?**

A extraterritorialidade incondicionada se aplica aos crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, contra o patrimônio ou a fé pública dos entes federativos, de empresa pública, SEM, autarquia ou fundação pública, aos crimes contra a administração pública (praticados por quem está a seu serviço) e aos crimes de genocídio (quando o agente for brasileiro ou aqui ter domicílio), conforme o artigo 7º, I, do Código Penal.

**8. Explique a diferença entre a extraterritorialidade condicionada e a incondicionada. Dê um exemplo de cada.**

A extraterritorialidade incondicionada não depende de condições específicas para aplicação, como no caso de crimes contra o Presidente da República. Já a extraterritorialidade condicionada depende do cumprimento de certas condições, como a entrada do agente no território nacional após o crime.

Exemplo de incondicionada: crime contra a vida do Presidente da República; exemplo de condicionada: crimes cometidos por brasileiros no exterior (art. 7º, II).

**9. O Código Penal prevê a aplicação da lei penal brasileira em crimes praticados por brasileiros no exterior. Quais são as condições para essa aplicação?**

As condições são: o crime deve estar previsto também no local onde foi cometido e incluído dentre aqueles que a lei brasileira autoriza extradição, o agente deve entrar no Brasil, não pode ter sido absolvido ou cumprido pena no exterior, e deve haver requisição do Ministro da Justiça (art. 7º, §2º, do Código Penal).

**10. O que é a ultratividade da lei penal temporária ou excepcional? Dê um exemplo de sua aplicação.**

A ultratividade da lei penal temporária ou excepcional significa que ela se aplica aos fatos praticados durante sua vigência, mesmo após ter sido revogada. Um exemplo é uma lei temporária que proíbe determinada conduta durante uma pandemia.

**11. Como é definida a competência para julgar crimes cometidos em embaixadas estrangeiras localizadas no Brasil?**

Crimes cometidos em embaixadas estrangeiras localizadas no Brasil, em regra, são de competência da justiça brasileira, salvo casos envolvendo imunidades diplomáticas.



12. **O que acontece se uma nova lei mais benéfica entrar em vigor enquanto um crime continuado ainda está em andamento? Explique com base na jurisprudência.**

A nova lei mais benéfica deve ser aplicada ao crime continuado, mesmo que a conduta tenha começado sob a vigência de uma lei anterior, conforme o artigo 71 do Código Penal e jurisprudência do STF.

13. **De que forma a abolitio criminis afeta as ações penais em curso? Existe algum efeito que a abolitio não atinge?**

A abolitio criminis extingue a punibilidade e cessa todos os efeitos penais da condenação. No entanto, ela não afeta os efeitos civis da sentença condenatória, conforme o artigo 2º, do Código Penal.

14. **Quando se aplica a territorialidade mitigada da lei penal brasileira, e quais são as exceções previstas?**

A territorialidade mitigada se aplica quando a lei penal brasileira é aplicada a crimes cometidos em território estrangeiro, com base em acordos ou convenções internacionais. Exceções incluem crimes cometidos em locais invioláveis, como embaixadas e navios de guerra estrangeiros.

15. **Em crimes omissivos, qual é o momento considerado para fins de aplicação da lei penal?**

Nos crimes omissivos, o momento do crime é o último instante em que o agente poderia ter agido para evitar o resultado, conforme a doutrina majoritária.

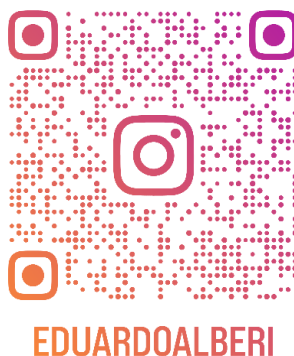
...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

**Prof. Eduardo Alberi**

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024)** Larissa é brasileira e cometeu um crime de lesão corporal grave enquanto fazia turismo na Tailândia. Sobre o tema e de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Larissa só poderá ser julgada pela lei tailandesa, porque o lugar do crime não foi em território brasileiro.
- b) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira se, dentre outras condições, tiver retornado ao território brasileiro e não tiver sido absolvida perante a lei tailandesa.
- c) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira contanto que haja requisição de tal expediente pelo Ministro da Justiça.
- d) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira ainda que tenha sido julgada e absolvida pela lei tailandesa.
- e) Larissa poderá ser julgada pela lei brasileira contanto que fique provado que o crime foi cometido em aeronave ou embarcação brasileira.

**2. (AOCP/Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná/Policial Penal/2024)** Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

- a) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.
- b) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.
- c) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da pena aplicada.
- d) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.
- e) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.



**3. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Assinale a alternativa correta acerca do conflito aparente de normas penais.

- a) No conflito aparente, duas ou mais leis penais disputam a aplicação a um mesmo fato típico, contudo somente uma delas pode ser aplicada, pois as outras já não estão mais em vigor.
- b) Especialidade, subsidiariedade, consunção e alteridade são princípios apontados pela doutrina como solucionadores do conflito aparente.
- c) Conforme o princípio da especialidade, a lei especial prevalece sobre a lei geral, devendo essa análise ocorrer no plano abstrato.
- d) O conflito aparente, que pode ser enquadrado no âmbito da interpretação da lei penal, possui três requisitos, quais sejam: (i) pluralidade de fatos; (ii) pluralidade de leis penais; e (iii) vigência simultânea de todas elas.
- e) O crime progressivo e a progressão criminosa podem ser apontados como hipóteses de aplicação do princípio da subsidiariedade.

**4. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

- a) A interpretação analógica, método de colmatação do ordenamento jurídico, caso seja desfavorável ao réu, não pode ser admitida no direito penal, em atenção ao princípio da reserva legal.
- b) A nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta já classificada como infração penal é denominada *lex mitior*. Como se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.
- c) Segundo o princípio da representação, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.
- d) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- e) Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior à exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

**5. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Soldado de 2ª Classe QPPM - Combatente/2022)**  
Suponha que, em agosto de 2022, o Brasil sedie importante evento internacional esportivo, com duração de um mês e que ocorrerá nas principais cidades do país. A previsão é de que venham ao Brasil para acompanhar o evento mais de 2 milhões de turistas, isso sem considerar o deslocamento de pessoas que ocorrerá por conta do próprio turismo interno brasileiro. À vista



disso e temendo o aumento exagerado da ocorrência de alguns delitos, foi publicada lei de conteúdo penal prevendo que, durante o período de 15/06/2022 até 15/10/2022, a pena do crime de estelionato será de reclusão, de três a nove anos, sendo que, ao término do período estipulado em lei, a pena voltará a ser a prevista originariamente, isto é, reclusão, de um a cinco anos. No dia 04/08/2022, José, notável golpista, pratica o crime de estelionato contra Jimmy, turista americano que visitava Goiânia para acompanhar o evento esportivo. Encerrado o inquérito policial, José foi denunciado pelos fatos em 01/11/2022. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que

- a) A referida lei é um exemplo clássico de lei penal excepcional, que possui como uma de suas características ser autorrevogável.
- b) Se trata de uma típica lei penal intermediária, dotada de ultratividade, razão pela qual José, em caso de condenação, estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos.
- c) José, caso seja condenado, estará sujeito à pena de reclusão, de um a cinco anos, haja vista o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- d) Caso seja condenado, José estará sujeito à pena de reclusão, de três a nove anos, tendo em vista que, na data dos fatos, estava vigente uma típica lei penal temporária.
- e) Em atenção ao princípio da legalidade, José não poderá ser condenado, pois a lei penal que vigorava na data dos fatos não está mais vigente.

**6. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Técnico do Ministério Público/2021)** Referente ao Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Quanto ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.
- b) O crime impossível constitui causa de exclusão da culpabilidade.
- c) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
- e) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a quarenta anos.

**7. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** De acordo com o Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.



- a) Aplica-se a lei brasileira ao crime de homicídio cometido na Argentina contra o Presidente da República do Brasil. Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da representação.
- b) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- d) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.
- e) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de catorze anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

**8. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** Em relação ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A interpretação analógica consiste na aplicação, ao caso não previsto em lei, de lei reguladora de caso semelhante.
- b) A lei penal excepcional é aquela que tem o seu termo final explicitamente previsto em data certa do calendário. É espécie de lei intermitente, sendo autorrevogável e dotada de ultratividade.
- c) O princípio da consunção se concretiza em quatro situações: crime continuado, crime progressivo, progressão criminosa e atos impuníveis.
- d) Aos crimes conexos e aos crimes plurilocais, quanto ao lugar do crime, não se aplica a teoria da ubiquidade.
- e) No tocante aos efeitos de sentença estrangeira condenatória para a caracterização da reincidência no Brasil, é imprescindível a sua homologação pelo STJ, não bastando apenas a sua existência e eficácia no exterior.

**9. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012)** De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.





I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.

III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

a) Apenas II e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

**10. (AOC/Preeitura Municipal de Camaçari/Procurador/2010)** De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.

b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

c) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

d) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.





## GABARITO

GABARITO



|            |             |            |            |
|------------|-------------|------------|------------|
| 1. Letra B | 2. Letra E  | 3. Letra C | 4. Letra E |
| 5. Letra D | 6. Letra E  | 7. Letra A | 8. Letra D |
| 9. Letra D | 10. Letra A |            |            |
|            |             |            |            |
|            |             |            |            |



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**MASSON, Cleber.** Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.